

# Diário do Legislativo de 28/04/1998

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Romeu Queiroz - PSDB

1º-Vice-Presidente: Cleuber Carneiro - PFL

2º-Vice-Presidente: Francisco Ramalho - PSDB

3º-Vice-Presidente: Geraldo Rezende - PMDB

1º-Secretário: Elmo Braz - PPB

2º-Secretário: Ivo José - PT

3º-Secretário: Marcelo Gonçalves - PDT

4º-Secretário: Dilzon Melo - PTB

5º-Secretário: Maria Olívia - PSDB

## SUMÁRIO

1 - LEI

2 - ATAS

2.1 - Reunião de Debates

2.2 - Reuniões de Comissões

3 - ORDENS DO DIA

3.1 - Plenário

3.2 - Comissões

4 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

4.1 - Plenário

4.2 - Comissões

5 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

6 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

7 - ERRATA

LEI

LEI Nº 12.727, DE 30 DE DEZEMBRO DE 1997\*

Dispõe sobre contagem, cobrança e pagamento de emolumentos devidos por serviços extrajudiciais e dá outras providências.

Dispositivos da Proposição de Lei nº 13.591, que se converteu na Lei nº 12.727, de 30 de dezembro de 1997, vetados pelo Senhor Governador do Estado e mantidos pela Assembléia Legislativa.

O povo do Estado de Minas Gerais, por seus representantes, aprovou, e eu, em seu nome, nos termos do art. 70, § 8º, da Constituição do Estado de Minas Gerais, promulgo os seguintes dispositivos da Proposição de Lei nº 13.591:

|                              | "Emolumentos | Receita   | Total |
|------------------------------|--------------|-----------|-------|
|                              | R\$          | Adicional | R\$   |
| 6 - Petições e requerimentos | 9,00         | 1,62      | 10,62 |

exigidos por lei  
(cada)

7 - certidão:

a) de  
documento ou  
de peças em  
autos, livros e  
assentamentos  
arquivados

|  |       |      |         |
|--|-------|------|---------|
| - por folha  | 10,00 | 1,80 | 11,80   |
| - mediante processo reprográfico, por folha acrescida à primeira | 5,00  | 0,90 | 5,90    |
| b) de fatos conhecidos em razão do Ofício por folha              | 5,00  | 0,90 | 5,90    |
| c) negativa, por nome de pessoa                                  | 10,00 | 1,80 | 11,80   |
| d) de revalidação, por nome de pessoa                            | 10,00 | 1,80 | 11,80". |

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, aos 24 de abril de 1998.

Deputado Romeu Queiroz - Presidente

Deputado Elmo Braz - 1º-Secretário

Deputado Ivo José - 2º-Secretário

\* - Republicada em virtude de incorreção verificada na edição de 25/4/98.

ATAS

ATA DA REUNIÃO DE DEBATES EM 24/4/98

Presidência do Deputado Tarcísio Henriques

Sumário: Comparecimento - Falta de "quorum".

Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

Geraldo Rezende - Ivo José - Ambrósio Pinto - Dinis Pinheiro - Geraldo Santanna - Gilmar Machado - José Braga - José Henrique - José Maria Barros - Marco Régis - Olinto Godinho - Péricles Ferreira - Raul Lima Neto - Tarcísio Henriques.

Falta de "Quorum"

O Sr. Presidente (Deputado Tarcísio Henriques) - Às 9h15min, a lista de comparecimento não registra a existência de número regimental. A Presidência deixa de abrir a reunião, por falta de "quorum", e convoca os Deputados para a reunião de debates de segunda-feira, dia 27, às 20 horas.

ATA DA 8ª REUNIÃO Ordinária da comissão de direitos humanos

Às nove horas e trinta minutos do dia primeiro de abril de mil novecentos e noventa e oito, comparecem na Sala das Comissões os Deputados João Leite, Ivair Nogueira e José Maria Barros (substituindo este ao Deputado Tarcísio Henriques, por indicação da Liderança do PSDB), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado João Leite, declara abertos os trabalhos e solicita ao Deputado Ivair Nogueira que proceda à leitura da ata da reunião anterior, que, lida e aprovada, é subscrita pelos membros presentes. Em seguida, o Deputado João Leite suspende a reunião. Às 10h35min, são reabertos os trabalhos, com a presença dos Deputados João Leite, Ivair Nogueira, Durval Ângelo e João Batista de Oliveira. O Presidente, Deputado João Leite, procede à leitura da seguinte correspondência: telegrama do Secretário-Geral do Governador do Estado, comunicando que, conforme pedido da Comissão, as denúncias sobre torturas na cadeia de Itacarambi já foram enviadas à Polícia Militar e encaminhando, também, a relação dos estabelecimentos penais contratados; ofícios do Sindicato dos Servidores da Polícia Civil, encaminhando relatório e documentos sobre a perseguição política a que foram submetidos os Diretores desse órgão; do Deputado João Batista de Oliveira (3), encaminhando depoimento da Sra. Indianara da Silva Medeiros Mendes para as providências cabíveis; informando que a última audiência do processo criminal movido contra os Srs. Carlos Santos Magalhães e Wilson do Carmo Soares, por racismo, será realizada em 14/4/98, na 6ª Vara Criminal do Fórum Lafaiete; e solicitando que a Comissão requeira à Procuradoria-Geral do Estado a agilização do Processo Judicial nº 10/95, oriundo da Comarca de Pífl í, conforme depoimento em anexo; do SINDPÚBLICOS-MG, solicitando que a Comissão interceda junto à Secretaria do Trabalho, da Assistência, da Criança e do Adolescente em favor da liberação do Fundo de Amparo ao Trabalhador; do Secretário da Educação, encaminhando o relatório das matrículas realizadas em Minas Gerais, no período de 2 a 20/2/98, dentro do programa Toda Criança na Escola; da FHEMIG, solicitando cópia das notas taquigráficas da reunião realizada em 11/12/97, sobre denúncias feitas contra o Centro Psicopedagógico; dos internos da Penitenciária Nelson Hungria, de Contagem, solicitando a punição dos responsáveis por espancamentos e torturas que acontecem nesse órgão; do Sr. Dourival de Souza Rodrigues, detento da cadeia pública de Baependi, que, tendo cumprido a maior parte da pena, deseja saber se tem direito à remissão do período que ainda teria a cumprir; do Sr. Mário Tadeu de Almeida, detento da cadeia pública de Ouro Fino, solicitando que a Comissão consiga sua liberdade condicional; de jovens inscritos no concurso da PMMG, que foram aprovados em 99% das exigências do concurso, solicitando que a Comissão interceda para que tenham assegurados seus direitos por lei; da Fundação Getúlio Vargas, encaminhando informativo sobre o programa Gestão Pública e Cidadania, que selecionará, para premiações, projetos, programas e atividades; do Cel. Márcio Lopes Porto, Comandante-Geral da PMMG, encaminhando informações solicitadas pelo Deputado João Leite a respeito das taxas de vistoria e segurança cobradas pela Polícia Militar e pelo Corpo de Bombeiros; do Sr. Levy Eduardo dos Santos, Presidente da Associação de Criminalística do Estado de Minas Gerais, encaminhando cópia de ofício remetido ao Senador Espiridião Amin, bem como cópia do Estudo nº 30/98, realizado por esse Senador, sobre a perícia oficial no Brasil. Em seguida, o Deputado João Leite tece comentários

sobre a notícia do jornal "Hoje em Dia" sobre o afastamento do General-Médico Ricardo Agnese Fayad do cargo de Subdiretor de Saúde do Exército. Após, o Deputado Ivair Nogueira tece comentários sobre a reportagem do jornal "Hoje em Dia", do dia 31 de março referente ao incêndio que matou hansenianas na Colônia Santa Isabel, de Betim. Na fase de distribuição das matérias, o Presidente designa para relatar o Projeto de Lei nº 1.470/97 o Deputado Ivair Nogueira. Passa-se à 3ª Fase da Ordem do Dia, com a discussão e a votação de proposição da Comissão. O Deputado João Leite transfere a Presidência ao Deputado Ivair Nogueira e apresenta dois requerimentos, nos quais requer seja encaminhado ofício ao Defensor-Chefe da Defensoria Pública do Estado, solicitando o acompanhamento do caso do Sr. Paulo Antônio da Silva, que, conforme denúncia apresentada à Comissão, teria sido preso injustamente sob a acusação de estupro; sejam solicitadas informações ao Sr. Wagner Batista Ferreira Machado, Juiz da Vara de Execução Penal da Comarca de Teófilo Ottoni, sobre a situação penal do detento Sebastião Irmo Gonçalves, matrícula nº 1.097, processo nº 2.435, que cumpre pena na penitenciária de Teófilo Ottoni. Colocados em votação, cada um por sua vez, são aprovados os requerimentos. Reassumindo a Presidência, o Deputado João Leite agradece o comparecimento dos Deputados, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 15 de abril de 1998.

João Leite, Presidente - Tarcísio Henriques - Durval Ângelo.

#### ATA DA 9ª REUNIÃO Ordinária da comissão de direitos humanos

Às nove horas e trinta minutos do dia quinze de abril de mil novecentos e noventa e oito, comparecem na Sala das Comissões os Deputados João Leite, Tarcísio Henriques e Durval Ângelo, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado João Leite, declara aberta a reunião e solicita ao Deputado Durval Ângelo que proceda à leitura da ata da reunião anterior, que, lida e aprovada, é subscrita pelos membros presentes. Em seguida, informa que a reunião se destina a apreciar a matéria da pauta e a ouvir os Srs. Ilídio Inácio Alves, Superintendente da Secretaria do Trabalho, da Assistência Social, da Criança e do Adolescente; Nilmário Miranda, Deputado Federal; Álvaro Ricardo de Souza Cruz, Procurador da República e Procurador Regional dos Direitos do Cidadão; Wilton Madson Andrada, Administrador Regional da FUNAI; Luiz Chaves, Assessor Jurídico do CIMI; Milton Maxakali e Marcelo Maxakali, lideranças indígenas, que irão discutir a questão indígena em Minas Gerais, por ocasião da Semana do Índio. A seguir, o Deputado João Leite convida os expositores a tomar assento à mesa e procede à leitura da seguinte correspondência: ofícios da Sra. Elizabeth Costa Dias, Coordenadora do Projeto O Trabalho Precoce na Atividade Carvoeira em Minas Gerais, desenvolvido pelo Ministério do Trabalho e pela Faculdade de Medicina da UFMG, solicitando autorização para consultar os trabalhos da CPI do Carvão e do Trabalho Infantil; do Sr. Walacielder Oliveira Costa, encaminhando cópia de carta que enviou ao Centro de Recuperação de Dependência contra as Drogas - Betesda de Lavras; do Sr. Ademir Martins Moraes, presidiário em Contagem, solicitando ajuda da Comissão a fim de ser transferido para a Penitenciária de Ipaba; do Sr. Airtton Oliveira Santos, relatando sua situação e alegando ter sido condenado por um crime que não cometeu e não lhe ter sido dado amplo direito de defesa; do Sr. Francisco Alves Moreira, solicitando à Comissão que agilize o seu pedido de condicional; da Sra. Daniela dos Santos, denunciando o mau tratamento aos presos da Delegacia de Pitangui, e de familiares de presos da cadeia pública de Sete Lagoas, denunciando várias irregularidades nessa cadeia; carta anônima denunciando irregularidades no processo de aposentadoria com averbação de tempo de atividade rural na PMMG; ofícios do Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público do Estado de Minas Gerais, solicitando a intervenção do Deputado Ivair Nogueira no que diz respeito aos requerimentos feitos no relatório final da CPI Carcerária; do Deputado Federal Eraldo Trindade, Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, convidando os membros da Comissão para participarem da III Conferência Nacional de Direitos Humanos, a ser realizada nos dias 13 a 15/5/98, naquela Casa, no Auditório Nereu Ramos; do detento Alexandre César, solicitando seja transferido da Penitenciária Nelson Hungria para a instituição da APAC ou para a penitenciária de Ribeirão das Neves; do Sr. Jaime dos Santos, detento da Penitenciária Nelson Hungria, solicitando ajuda da Comissão a fim de ser transferido para a Penitenciária Agrícola de Neves; da Câmara Municipal de Divisa Alegre, denunciando a prisão do menor Alexandre Pereira dos Santos, de cor negra, por ter danificado acidentalmente um ventilador na sala de aula da Escola Estadual de Divisa Alegre, sendo a segunda vez, segundo informações, que ele é abordado por policiais a pedido da Diretora; da Associação de Defesa da Comunidade Fraterna - ADCF -, agradecendo à Comissão a atenção e o apoio que tem recebido quanto à desapropriação das moradias das famílias de membros daquela Associação; do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânica e Material Elétrico de Governador Valadares - SINTIMEL -, encaminhando denúncia relativa ao espancamento do mecânico Sivaldo Alves Carvalho Júnior, por ter reclamado seus direitos trabalhistas na justiça; da M. Martins Engenharia e Comércio Ltda., explicando que se fez necessária a retirada do Sr. Murilo Martins da reunião da Comissão no dia 17/3/98 e encaminhando documento sobre as indenizações das vítimas do acidente da Barraginha; do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente em Minas Gerais, informando sobre a realização de sessão do Tribunal Permanente dos Povos que irá discutir os seguintes temas: "A Violação dos Direitos Fundamentais das Crianças e dos Adolescentes no Brasil" e "O Distanciamento entre a Lei e a Realidade Vivida". Devido à ausência do Deputado João Batista de Oliveira, relator do Projeto de Lei nº 1.524/97, o Presidente redistribuiu a matéria ao Deputado Durval Ângelo. Passa-se à 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia. Com a palavra, o Deputado Durval Ângelo emite parecer mediante o qual conclui pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.524/97 no 1º turno, com a Emenda nº 1. Colocado em discussão e votação, é aprovado o parecer. Passa-se à 2ª Fase da Ordem do Dia, com a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia. A Presidência submete a discussão e votação o Projeto de Lei nº 1.457/97 (relator: Deputado João Batista de Oliveira), que é aprovado na forma do vencido no 1º turno. Em seguida, o Presidente determina a retirada da pauta do Requerimento nº 2.533/98, por perda de objeto. Submetidos a votação, são aprovados os Requerimentos nºs 2.538, 2.543, 2.544, 2.546 e 2.548/98. Passa-se à 3ª Fase da Ordem do Dia, com a discussão e a votação de proposições da Comissão. O Presidente lê requerimento do Deputado Geraldo Nascimento, em que solicita seja realizada audiência pública desta Comissão e das Comissões do Trabalho, da Previdência e da Ação Social e da Saúde para se avaliar o dossiê "Ato Nefasto da USIMINAS Privatizada". Colocado em votação, é aprovado o requerimento. Com a palavra, o Deputado Durval Ângelo apresenta requerimento em que solicita seja formulado voto de solidariedade ao grupo Tortura Nunca Mais, do Rio de Janeiro, devido às inúmeras ameaças à integridade física de seus membros, e sejam encaminhados ofícios ao Presidente da República, ao Governador Marcelo Alencar, ao Ministro da Justiça e ao Secretário de Segurança Pública do Rio de Janeiro, a fim de que se tomem as providências cabíveis com relação às referidas ameaças. Colocado em votação, é aprovado o requerimento. A seguir, o Presidente, autor do requerimento que deu origem a esta reunião, usa da palavra para fazer suas considerações iniciais. Após, os convidados discorrem sobre o assunto em pauta. Passa-se à fase dos debates, cuja íntegra consta nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos convidados, dos parlamentares e dos demais participantes, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 22 de abril de 1998.

João Leite, Presidente - Ivair Nogueira - Tarcísio Henriques - Maria José Hauelsen.

#### ORDENS DO DIA

Ordem do dia da 365ª reunião ordinária, a realizar-se em 28/4/98

##### 1ª Parte

##### 1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

##### 2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

##### 2ª Parte (Ordem do Dia)

##### 1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Prosseguimento da votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 13.603, que institui compensação financeira para os municípios que abrigam reservatório de água para abastecimento público e dá outras providências. A Comissão Especial perdeu prazo para emitir parecer.

Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 13.528, que dispõe sobre a prestação dos serviços públicos de telefonia acessados pelo prefixo 900 e dá outras providências. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Votação, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 13.594, que regulamenta o art. 197 da Constituição do Estado, que dispõe sobre a descentralização do ensino e dá outras providências. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Votação, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 13.599, que autoriza o Poder Executivo a aumentar e a integralizar o capital social da COPASA-MG e dá outras providências. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Prosseguimento da votação, em 2º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 34/97, do Governador do Estado, que altera a redação do inciso VIII do art. 10 da Constituição do Estado. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta.

Votação, em 2º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 30/96, do Deputado Cleuber Carneiro, que altera o inciso XXXIV do art. 62 e o art. 247 da Constituição do Estado. A Comissão Especial perdeu prazo para emitir parecer.

Prosseguimento da votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 488/95, do Deputado Anderson Aduato, que acrescenta parágrafos ao art. 99 e altera o inciso III do art. 100 da Lei nº 9.444, de 25/11/87, que dispõe sobre licitações e contratos da administração centralizada e autárquica do Estado e dá outras providências. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta.

Prosseguimento da votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 716/96, do Deputado Marcos Helênio, que dispõe sobre a inscrição em concurso público para o ingresso na administração pública estadual. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 627/95, do Deputado Raul Lima Neto, que dispõe sobre a conservação das nascentes naturais e o saneamento dos cursos d'água e lagos do domínio estadual e dá outras providências. O parecer da Comissão de Justiça, pela inconstitucionalidade do projeto, foi rejeitado pelo Plenário. A Comissão de Meio Ambiente opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresentou. A Comissão de Fiscalização Financeira opinou por sua aprovação na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Meio Ambiente. Emendado em Plenário, voltou o projeto à Comissão de Meio Ambiente, que opina pela rejeição da Emenda nº 1.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.284/97, do Deputado Jorge Eduardo de Oliveira, que modifica o art. 8º da Lei nº 11.397, de 6/1/94, que dispõe sobre o Fundo para a Infância e a Adolescência e dá outras providências. A Comissão de Justiça concluiu pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresentou. A Comissão de Saúde e Ação Social opinou por sua aprovação com a Subemenda nº 1 à Emenda nº 1, da Comissão de Justiça, e com a Emenda nº 2, que apresentou. A Comissão de Direitos Humanos opinou pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresentou, ficando prejudicadas a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça, e a Subemenda nº 1, da Comissão de Saúde e Ação Social, à Emenda nº 1, da Comissão de Justiça, bem como a Emenda nº 2, também da Comissão de Saúde e Ação Social. Emendado em Plenário, voltou o projeto à Comissão do Trabalho, que opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, ficando prejudicadas as Emendas nºs 1 e 2, a Subemenda nº 1 à Emenda nº 1 e o Substitutivo nº 1.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 697/96, da Comissão Especial, que dispõe sobre propaganda e publicidade dos órgãos públicos e das entidades sob controle direto ou indireto do Estado. A Comissão de Fiscalização Financeira opinou pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno, com as Emendas nºs 1 e 2, que apresentou. Emendado em Plenário, voltou o projeto à Comissão de Fiscalização Financeira, que opina pela aprovação da Emenda nº 1 na forma da Subemenda nº 1, de sua autoria, e da Emenda nº 5, que apresenta, ficando prejudicadas as Emendas nºs 3 e 4.

Discussão, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 29/96, do Deputado Raul Lima Neto, que dá nova redação ao § 11 do art. 39 da Constituição do Estado. A Comissão Especial perdeu prazo para emitir parecer.

Discussão, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 47/97, do Governador do Estado, que suprime o § 6º do art. 36 da Constituição do Estado. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta com a Emenda nº 1, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 49/97, do Deputado Ermano Batista, que acrescenta a alínea "e" ao inciso III do art. 36 da Constituição do Estado. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.053/96, da Deputada Maria José Hauelsen, que altera dispositivos da Lei nº 11.745, de 17/1/95. As Comissões de Justiça e de Fiscalização Financeira perderam prazo para emitir parecer.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.394/97, da CPI do Sistema Penitenciário, que transfere para a Secretaria da Justiça a administração dos estabelecimentos que menciona. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Administração Pública opina por sua aprovação. A Comissão de Direitos Humanos opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária opina pela aprovação do projeto com a Subemenda nº 1 à Emenda nº 1, da Comissão de Direitos Humanos, e com a Emenda nº 2, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.397/97, da CPI do Sistema Penitenciário, que dá nova denominação à Secretaria da Justiça, altera dispositivos da Lei nº 9.516, de 30/12/87, e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. As Comissões de Administração Pública e de Direitos Humanos opinam por sua aprovação. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.398/97, da CPI do Sistema Penitenciário, que altera a Lei nº 11.660, de 2/12/94, que reorganiza o Departamento Estadual de Obras Públicas e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Administração Pública opina por sua aprovação na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça. A Comissão de Direitos Humanos opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta, e pela rejeição do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Direitos Humanos, e pela rejeição do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.459/97, do Deputado Paulo Piau, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter ao Município de Iturama a propriedade do imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela

aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.543/97, do Deputado Paulo Piau, que altera o art. 1º da Lei nº 9.444, de 25/11/87, que dispõe sobre licitações e contratos da administração centralizada e autárquica do Estado e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. As Comissões de Administração Pública e de Fiscalização Financeira opinam por sua aprovação.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.122/97, do Deputado Sebastião Costa, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter imóvel de sua propriedade ao Município de Miradouro. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.239/97, do Deputado José Militão, que dá nova redação ao inciso I do art. 69 da Lei nº 7.109, de 13/10/77, que contém o Estatuto do Pessoal do Magistério Público Estadual. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.469/97, do Deputado Pércles Ferreira, que altera a Lei nº 11.658, de 2/12/94, que dispõe sobre a carreira de Administrador Público no Poder Executivo e dá outras providências. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Resolução nº 1.649/98, da Mesa da Assembléia, que acrescenta dispositivos à Resolução nº 5.176, de 6/11/97, que contém o Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 11/95, do Deputado Raul Lima Neto, que altera a redação da alínea VI e elimina o § 4º do art. 5º da Lei Complementar nº 37, de 18/1/95, alterada pela Lei Complementar nº 39, de 23/6/95. As Comissões de Justiça, de Assuntos Municipais e de Fiscalização Financeira perderam prazo para emitir parecer.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 809/96, do Deputado Luiz Antônio Zanto, que dispõe sobre a gratuidade do ingresso dos aposentados, dos pensionistas e dos maiores de 65 anos em eventos culturais realizados pelo poder público estadual e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Educação opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 2, que apresenta, e pela rejeição da Emenda nº 1, da Comissão de Justiça. A Comissão de Fiscalização Financeira opina por sua aprovação com a Emenda nº 2, da Comissão de Educação.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 889/96, do Deputado Leonídio Bouças, que suprime dispositivos da Lei nº 12.032, de 22/12/95. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina por sua aprovação na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.026/96, do Tribunal de Contas, que dispõe sobre a estruturação do Quadro de Pessoal dos Serviços Auxiliares do Tribunal de Contas. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Administração Pública, com as Emendas nºs 1 e 2, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.068/96, do Deputado Gil Pereira, que cria o Programa Mineiro de Incentivo à Fruticultura e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Agropecuária opina por sua aprovação na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta, ficando prejudicada a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Agropecuária, com a Emenda nº 2, que apresenta, ficando prejudicada a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.114/97, do Deputado Raul Lima Neto, que torna obrigatória a existência de instalações sanitárias de uso gratuito para os passageiros em terminais rodoviários e pontos de parada de ônibus intermunicipais. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. As Comissões de Direitos e Garantias Fundamentais e de Defesa do Consumidor opinam por sua aprovação.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.290/97, do Deputado José Militão, que dá nova redação ao art. 74 da Lei nº 11.406, de 28/1/94, que trata da pensão a que têm direito os dependentes dos antigos guardas-civis e fiscais de trânsito. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. As Comissões de Administração Pública e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.544/97, do Governador do Estado, que cria o abono-permanência para o servidor público do Poder Executivo. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Administração Pública opina por sua aprovação com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Administração Pública.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.546/97, do Governador do Estado, que dispõe sobre o Sistema Estadual de Finanças e a estrutura orgânica da Secretaria da Fazenda e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com as Emendas nºs 1 e 2, que apresenta. A Comissão de Administração Pública opina por sua aprovação com as Emendas nºs 1 e 2, da Comissão de Justiça, 3 e 4, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 3 e 4, da Comissão de Administração Pública, 5 e 6, que apresenta, e pela rejeição das Emendas nºs 1 e 2, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.189/97, do Deputado Bilac Pinto, que acrescenta parágrafo único ao art. 53 da Lei nº 11.404, de 26/1/94. A Comissão de Fiscalização Financeira opina por sua aprovação na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.333/97, do Deputado Marcos Helênio, que determina a inclusão de estudos sobre educação para o consumo no ensino de 1º e 2º graus e dá outras providências. A Comissão de Educação opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.512/97, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Centralina o imóvel que menciona. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Ordem do dia da 10ª reunião ordinária da comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia, a realizar-se às 9h30min do dia 29/4/98

#### 1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

#### 2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 1.462/97, do Deputado Anderson Adauto.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

No 2º turno: Projetos de Lei nºs 1.468/97, do Deputado Ermano Batista; 836/96, do Deputado Jorge Hannas; 1.455 e 1.456/97, do Deputado Wanderley Ávila.

Em turno único: Projetos de Lei nºs 1.589/97, da Deputada Elbe Brandão; 1.612/98, do Deputado Ivo José; 1.538/97, do Deputado Ronaldo Vasconcellos.

Requerimentos nºs 2.558 e 2.559/98, do Deputado Álvaro Antônio.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 90ª reunião ordinária da comissão de Administração Pública, a realizar-se às 10 horas do dia 29/4/98

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projeto de Lei Complementar nº 27/97, do Governador do Estado.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

No 2º turno: Projetos de Lei nºs 947/96, do Deputado Ailton Vilela; 1.138/97, do Deputado Ivair Nogueira; 1.162/97, do Deputado Ronaldo Vasconcellos; 1.337, 1.338 e 1.339/97, do Deputado Sebastião Costa.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Convidado: Sr. Carlos Alberto Cotta, Diretor-Presidente da COMIG, que prestará esclarecimentos sobre as atividades e o processo de privatização dessa instituição.

Ordem do dia da 11ª reunião ordinária da comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial, a realizar-se às 10 horas do dia 29/4/98

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 1.604/98, do Deputado José Maria Barros.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 97ª reunião ordinária da comissão de Constituição e Justiça, a realizar-se às 11 horas do dia 29/4/98

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 1.569/97, do Deputado Alencar da Silveira Júnior; 1.631/98, do Deputado Antônio Júlio; 1.585/97, do Deputado Bené Guedes; 1.576, 1.590/97 e 1.665/98, do Deputado Durval Ângelo; 1.613/98, do Deputado Gilmar Machado; 1.666/98, do Governador do Estado; 1.621/98, do Deputado Ivair Nogueira; 1.617/98, do Deputado Jorge Hannas; 1.644/98, do Deputado Leonídio Bouças; 1.597/98, da Deputada Maria José Haueisen; 1.509/97, do Deputado Miguel Martini; 1.645/98, do Deputado Paulo Piau; 1.527/97, do Deputado Ronaldo Vasconcellos; 1.269/97, do Deputado Sebastião Costa; 1.551/97, do Tribunal de Justiça.

Em turno único: Ofício nº 25/97, do Tribunal de Justiça.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 1.684/98, do Deputado Alencar da Silveira Júnior; 1.688/98, do Deputado Anderson Adauto; 1.671/98, do Deputado Bené Guedes; 1.690/98, do Deputado Gil Pereira; 1.679/98, do Deputado Irani Barbosa; 1.680/98, do Deputado Ivair Nogueira; 1.691/98, da Deputada Maria José Haueisen; 1.689/98, do Deputado Rêmoló Aloise.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 8ª reunião ordinária da comissão de Turismo, Indústria e Comércio, a realizar-se às 15 horas do dia 29/4/98



1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimento nº 2.553/98, do Deputado Ambrósio Pinto.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Convidados: Srs. Sérgio Antônio Reze, da FENABRAVE; Luís Vicente Pavão, da ABRACY; Renato César Scarante, da ASSOHONDA; Carlos Costa Milan e Francisco Stédile, da AGRALÉ; e Franklin de Mello Neto, da ABRACICLO, que irão debater a aprovação da lei que autoriza o licenciamento e o emplacamento de motocicletas destinadas ao transporte remunerado de passageiros (mototáxi) e seu impacto na economia e no sistema de transporte do Estado.

Ordem do dia da 6ª reunião ordinária da comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas, a realizar-se às 15 horas do dia 29/4/98

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 2.550/98, da Comissão Especial das Rádios Comunitárias; 2.561 e 2.562/98, do Deputado Dimas Rodrigues; 2.525 e 2.537/98, do Deputado Geraldo Rezende; 2.513/98, do Deputado João Batista de Oliveira; 2.510, 2.529 e 2.564/98, do Deputado Kemil Kumaira.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 6ª reunião ordinária da comissão Parlamentar de Inquérito para, no prazo de 120 dias, proceder à Apuração de Denúncias no funcionamento dos Bingos em minas gerias, a realizar-se às 15h30min do dia 29/4/98

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Deponentes: Munir Khalil Lebbos, Hallim Khalil Lebbos e Antônio Carlos dos Santos.

Ordem do dia da 82ª reunião ordinária da comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, a realizar-se às 10 horas do dia 30/4/98

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

No 2º turno: Projetos de Lei nºs 1.609/98, do Governador do Estado; 1.543/97, do Deputado Paulo Piau, e 1.026/96, do Tribunal de Contas.

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 1.480/97, do Deputado Geraldo Nascimento, e 1.322/97, do Deputado Gilmar Machado.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimentos nºs 2.556/98, do Deputado Anderson Adauto; 2.552/98, do Deputado Dinis Pinheiro, e 2.560/98, do Deputado Durval Ângelo.

## Discussão e votação de proposições da Comissão.

### EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

#### Edital de Convocação

#### Reunião Extraordinária da Assembléia Legislativa

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião extraordinária da Assembléia para as 20 horas do dia 28/4/98, destinada à apreciação das Propostas de Emenda à Constituição nºs 29/96, do Deputado Raul Lima Neto, que dá nova redação ao § 11 do

art. 39 da Constituição do Estado; 30/96, do Deputado Cleuber Carneiro, que altera o inciso XXXIV do art. 62 e o art. 247 da Constituição do Estado; 34/97, do Governador do Estado, que altera a redação do inciso VIII do art. 10 da Constituição do Estado; 47/97, do Governador do Estado, que suprime o § 6º do art. 36 da Constituição do Estado; e 49/97, do Deputado Ermano Batista, que acrescenta a alínea "e" ao inciso III do art. 36 da Constituição do Estado; dos Projetos de Lei nºs 488/95, do Deputado Anderson Adauto, que acrescenta parágrafos ao art. 99 e altera o inciso III do art. 100 da Lei nº 9.444, de 25/11/87, que dispõe sobre licitações e contratos da administração centralizada e autárquica do Estado e dá outras providências; 627/95, do Deputado Raul Lima Neto, que dispõe sobre a conservação das nascentes naturais e o saneamento dos cursos d'água e lagos do domínio estadual e dá outras providências; 697/96, da Comissão Especial, que dispõe sobre propaganda e publicidade dos órgãos públicos e das entidades sob controle direto ou indireto do Estado; 716/96, do Deputado Marcos Helênio, que dispõe sobre a inscrição em concurso público para o ingresso na administração pública estadual; 809/96, do Deputado Luiz Antônio Zanto, que dispõe sobre a gratuidade do ingresso dos aposentados, dos pensionistas e dos maiores de 65 anos em eventos culturais realizados pelo poder público estadual e dá outras providências; 889/96, do Deputado Leonídio Bouças, que suprime dispositivos da Lei nº 12.032, de 22/12/95; 1.026/97, do Tribunal de Contas, que dispõe sobre a estruturação do Quadro de Pessoal dos Serviços Auxiliares do Tribunal de Contas; 1.053/96, da Deputada Maria José Haueisen, que altera dispositivos da Lei nº 11.745, de 17/1/95; 1.068/96, do Deputado Gil Pereira, que cria o Programa Mineiro de Incentivo à Fruticultura e dá outras providências; 1.114/97, do Deputado Raul Lima Neto, que torna obrigatória a existência de instalações sanitárias de uso gratuito para os passageiros em terminais rodoviários e pontos de parada de ônibus intermunicipais; 1.122 e 1.123/97, ambos do Deputado Sebastião Costa, que autorizam o Poder Executivo a fazer reverter imóvel ao Município de Miradouro; 1.189/97, do Deputado Bilac Pinto, que acrescenta parágrafo único ao art. 53 da Lei nº 11.404, de 26/1/94; 1.239/97, do Deputado José Militão, que dá nova redação ao inciso I do art. 69 da Lei nº 7.109, de 13/10/77, que contém o Estatuto do Pessoal do Magistério Público Estadual; 1.284/97, do Deputado Jorde Eduardo de Oliveira, que modifica o art. 8º da Lei nº 11.397, de 6/1/94, que dispõe sobre o Fundo para Infância e Adolescência e dá outras providências; 1.290/97, do Deputado José Militão, que dá nova redação ao art. 74 da Lei nº 11.406, de 28/1/94; 1.301/97, do Deputado Geraldo Rezende, que cria o Programa Estadual de Financiamento ao Educando; 1.333/97, do Deputado Marcos Helênio, que determina a inclusão de estudos sobre educação para o consumo no ensino de 1º e 2º graus e dá outras providências; 1.394/97, da CPI do Sistema Penitenciário, que transfere para a Secretaria da Justiça a administração dos estabelecimentos que menciona; 1.397/97, da CPI do Sistema Penitenciário, que dá nova denominação à Secretaria da Justiça, altera dispositivos da Lei nº 9.516, de 30/12/87, e dá outras providências; 1.398/97, da CPI do Sistema Penitenciário, que altera a Lei nº 11.660, de 2/12/94, que reorganiza o Departamento Estadual de Obras Públicas e dá outras providências; 1.459/97, do Deputado Paulo Piau, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter ao Município de Iturama a propriedade do imóvel que especifica; 1.469/97, do Deputado Pêrcles Ferreira, que altera a Lei nº 11.658, de 2/12/94, que dispõe sobre a carreira de Administrador Público no Poder Executivo e dá outras providências; 1.473/97, do Deputado Wanderley Ávila, que dispõe sobre a quitação do crédito tributário no caso que especifica e dá outras providências; 1.512/97, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Centralina o imóvel que menciona; 1.543/97, do Deputado Paulo Piau, que altera o art. 1º da Lei nº 9.444, de 25/11/87, que dispõe sobre licitações e contratos da administração centralizada e autárquica do Estado e dá outras providências; 1.544/97, do Governador do Estado, que cria o abono-permanência para o servidor público do Poder Executivo; e 1.546/97, do Governador do Estado, que dispõe sobre o Sistema Estadual de Finanças e a estrutura orgânica da Secretaria da Fazenda e dá outras providências; do Projeto de Resolução nº 1.649/98, da Mesa da Assembléia, que acrescenta dispositivos à Resolução nº 5.176, de 6/11/97, que contém o Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais; do Projeto de Lei Complementar nº 11/95, do Deputado Raul Lima Neto, que altera a redação da alínea VI e elimina o § 4º do art. 5º da Lei Complementar nº 37, de 18/1/95, alterada pela Lei Complementar nº 39, de 23/6/95; e dos vetos às Proposições de Lei nºs 13.528, que dispõe sobre a prestação dos serviços públicos de telefonia acessados pelo prefixo 900 e dá outras providências; 13.594, que regulamenta o art. 197 da Constituição do Estado, que dispõe sobre a descentralização do ensino e dá outras providências; 13.599, que autoriza o Poder Executivo a aumentar e a integralizar o capital social da COPASA-MG e dá outras providências; e 13.603, que institui compensação financeira para os municípios que abrigam reservatório de água para abastecimento público e dá outras providências; e à discussão e à votação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 27 de abril de 1998.

Romeu Queiroz, Presidente.

#### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Sebastião Helvécio, Mauri Torres, Antônio Roberto, Sebastião Navarro Vieira, José Braga e Durval Ângelo, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 29/4/98, às 15h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de se apreciarem os pareceres sobre os Projetos de Lei nºs 1.026/96, do Tribunal de Contas; 1.543/97, do Deputado Paulo Piau, e 1.609/98, do Governador do Estado.

Sala das Comissões, 27 de abril de 1998.

Kemil Kumaira, Presidente.

#### TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 1.612/98

Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia

#### Relatório

De autoria do Deputado Ivo José, o projeto de lei em epígrafe visa a declarar de utilidade pública o Clube dos Operadores Rádio Cidadão de Ipatinga - CORINGA -, com sede no Município de Ipatinga.

Após ser publicado, foi o projeto encaminhado à Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma proposta.

Cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre o assunto, nos termos do art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

#### Fundamentação

A entidade em questão tem por objetivo a integração dos usuários de radioamadores, procurando convergir toda a utilização da faixa de 11 metros de Ipatinga ao seu controle.

Para alcançar suas metas, propicia-lhes treinamento, comunicação e investigação técnica com relação à radiofrequência. Busca adaptar os iniciantes às normas comuns, orientando-os quanto aos deveres e às obrigações do radioamadorismo.

Diante de tais considerações, justo se faz declarar a associação de utilidade pública.

#### Conclusão

Diante do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.612/98 na forma proposta.

Sala das Comissões, 24 de abril de 1998.

Sebastião Navarro Vieira, relator.

#### PARECER PARA O 2º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 836/96

Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia

##### Relatório

De iniciativa do Deputado Jorge Hannas, o projeto de lei em epígrafe visa a dar a denominação de Joaquim Knupp à Escola Estadual de Luisburgo, com sede no Município de Luisburgo.

Após publicação, foi a matéria distribuída às Comissões de Constituição e Justiça e de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia, que perderam o prazo regimental para deliberar sobre ela.

Vem agora o projeto a esta Comissão para deliberação conclusiva, de acordo com as disposições regimentais.

##### Fundamentação

Cidadão de notórias qualidades, Joaquim Knupp dedicou-se a lutar pelo desenvolvimento social, econômico e cultural do Município de Luisburgo.

Pelas ações por ele empreendidas, que redundaram em benefícios para sua comunidade, consideramos oportuna e merecida a homenagem que se lhe quer prestar com a atribuição de seu nome à referida Escola.

##### Conclusão

Em virtude do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 836/96 no 2º turno, na forma proposta.

Sala das Comissões, 27 de abril de 1998.

Gilmar Machado, relator.

#### PARECER PARA O 2º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 1.455/97

Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia

##### Relatório

O Projeto de Lei nº 1.455/97, do Deputado Wanderley Ávila, objetiva declarar de utilidade pública a Loja Maçônica Deus, Caridade e Justiça nº 18, com sede no Município de Pirapora.

Aprovado o projeto no 1º turno, sem emenda, compete agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre a matéria no 2º turno, nos termos regimentais.

##### Fundamentação

Confirmando o posicionamento anterior desta Comissão sobre a matéria, reconhecemos a importância de se declarar de utilidade pública a referida entidade, cujo principal objetivo é o aperfeiçoamento moral e intelectual da comunidade por meio da prática de justiça e de uma conduta conforme os princípios de honra.

Internamente, visando a estreitar os laços de fraternidade e convivência entre seus membros, promove e incentiva empreendimentos na área educacional e cultural.

##### Conclusão

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.455/97 no 2º turno, na forma proposta.

Sala das Comissões, 24 de abril de 1998.

Marco Régis, relator.

#### PARECER PARA O 2º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 1.456/97

Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia

##### Relatório

O Projeto de Lei nº 1.456/97, do Deputado Wanderley Ávila, visa a declarar de utilidade pública a FAESP - Fundação de Apoio ao Ensino Superior de Pirapora, com sede no Município de Pirapora.

Aprovado o projeto no 1º turno, com a Emenda nº 1, cabe a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre a matéria no 2º turno, em cumprimento das disposições regimentais.

##### Fundamentação

Confirmando o posicionamento anterior desta Comissão sobre a matéria, reconhecemos a importância de se declarar de utilidade pública a referida entidade, cujas finalidades são: promover atividades culturais, a pesquisa, o ensino superior, a extensão e o desenvolvimento científico e tecnológico em Pirapora e microrregião; realizar serviços técnico-científicos para instituições interessadas e para a comunidade; conceder bolsas a estudantes de graduação, pós-graduação, extensão e outros; divulgar dados científicos por meio de publicação

especializada; identificar, junto à iniciativa privada, demandas de pesquisa visando a estabelecer parcerias.

Isso posto, conclui-se que a referida Fundação presta relevantes serviços em prol do desenvolvimento da sociedade mineira.

#### Conclusão

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.456/97 no 2º turno, na forma do vencido no 1º turno.

Sala das Comissões, 24 de abril de 1998.

Sebastião Navarro Vieira, relator.

#### Redação do Vencido no 1º Turno

##### Projeto de Lei nº 1.456/97

Declara de utilidade pública a FAESP - Fundação de Apoio ao Ensino Superior de Pirapora, com sede no Município de Pirapora.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a FAESP - Fundação de Apoio ao Ensino Superior de Pirapora, com sede no Município de Pirapora.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

#### PARECER PARA O 2º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 1.468/97

##### Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia

#### Relatório

O Projeto de Lei nº 1.468/97, do Deputado Ermano Batista, objetiva declarar de utilidade pública o Movimento Comunitário, Cultural, Esportivo e Beneficente de Materlândia - MOCEBEM -, com sede no Município de Materlândia.

Aprovado o projeto em 1º turno, na sua forma original, cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre a matéria no 2º turno, nos termos regimentais.

#### Fundamentação

Reafirmando o posicionamento anterior desta Comissão sobre a matéria em pauta, entendemos ser relevante declarar de utilidade pública o MOCEBEM, em vista da importância de seus trabalhos, voltados para a realização de atividades sociais, culturais e desportivas.

A entidade promove, ainda, a mais ampla e perfeita cordialidade entre seus membros, bem como a melhoria das suas condições de vida. Dessa forma, empreende trabalho de alcance social incontestável.

#### Conclusão

Em face do aduzido, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.468/97 no 2º turno, como proposto.

Sala das Comissões, 27 de abril de 1998.

José Henrique, relator.

#### MATÉRIA ADMINISTRATIVA

##### ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 15/4/98, o Sr. Presidente, nos termos da Deliberação da Mesa nº 269, de 4/5/83, que consolida as normas do Regulamento Geral da Secretaria desta Assembléia Legislativa, c/c as Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91; 5.130, de 4/5/93; 5.179, de 23/12/97, e as Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/5/93, e 1.509, de 7/1/98, observada a estrutura estabelecida pela Deliberação da Mesa nº 1.334, de 1996, assinou os seguintes atos, relativos a cargos em comissão e de recrutamento amplo do Grupo Específico de Apoio às Atividades de Representação Político-Parlamentar da mesma Secretaria:

##### Gabinete do Deputado Elmo Braz

exonerando, a partir de 27/4/98, Wilson Emídio de Faria do cargo de Auxiliar Técnico Executivo, padrão AL-34;

nomeando Gustavo Nogueira Manso para o cargo de Supervisor de Gabinete, padrão AL-25.

#### ATO DA PRESIDÊNCIA

Nos termos do art. 54, III, §§ 1º e 7º, do Regimento Interno, a Presidência concede licença para tratamento de saúde ao Deputado Durval Ângelo Andrade, matrícula 4018-5, no período de 20/4/98 a 24/4/98.

Avisos de Licitações

Resultado de Julgamento de Licitações

Convite nº 40/98 - Objeto: materiais de escritório - Licitantes vencedoras: Minaspel Ltda. (subitens 1.1, 1.2 e 1.3), Distribuidora Jotaene Ltda. (subitens 1.4, 1.15 e 1.16), Dismabel Ltda. (subitem 1.9), Carbobel Ltda. (subitem 1.14) e Oásis Distribuidora Ltda. (subitens 1.5, 1.6, 1.7, 1.8, 1.10, 1.11, 1.12, 1.13, 1.17 e 1.18) - Desclassificadas: Máximo Distribuidora Ltda. (subitem 1.11), Copiadora Brasileira Mat. Eng. Com. e Imp. Ltda. (subitem 1.11), Mercantil Mineira Material de Escritório Ltda. (subitens 1.11 e 1.14), Distribuidora Jotaene Ltda. (subitens 1.2 e 1.5), Carbobel Ltda. (subitem 1.2) e Oásis Distribuidora Ltda. (subitem 1.14). - Convite nº 27/98 - Objeto: serviços de cabeamento estruturado - Licitante vencedora: Digicomp Engenharia Ltda. Desclassificadas: Tecnoengel - Tecnologia em Engenharia Ltda., CPD Engenharia Ltda. e J Daniel Engenharia e Construções Ltda.

ERRATA

ORDEM DO DIA DA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL, A REALIZAR-SE ÀS 15H30MIN DO DIA 28/4/98

Na publicação da matéria em epígrafe, verificada na edição de 25/4/98, pág. 28, col. 4, retirem-se os Projetos de Lei nºs 1.376 e 1.523/97 das listas em que estão incluídos; inclua-se o primeiro entre os projetos que estão no 1º turno e o segundo, entre os que estão em turno único.